

O Ministro da Independência

Barbosa Lima Sobrinho *

Quando classificava a dívida externa em "cancro dos empréstimos", não era Martim Francisco Ribeiro de Andrada um simples curioso de assuntos financeiros. Pelos estudos realizados em Coimbra, em que se formou em Matemática, como nos assuntos a que se dedicou na sua vida prática, ao curso de uma longa vida, mereceu, de sobra, o título de economista, especializado em finanças, títulos que estão sempre presentes, nos cargos que exerceu, sem desmerecer Cairu, que se deixara arrastar pela escola de Adam Smith e de certa forma antecipara Martim Francisco, no trato dos assuntos econômicos. Talvez houvesse a impressão de que Cairu fosse mais um teórico do que um homem prático, para resolver problemas financeiros que se apresentavam a uma nação que acabava de nascer.

E Martim Francisco era, sobretudo, um homem de ação, que os fatos nunca chegavam a intimidar, como se pode concluir da excelente biografia que o seu neto, Antonio Carlos, financista de valor excepcional, levantou em conferência no Instituto Histórico, completada, depois, em livro que Jacinto Ribeiro dos Santos editou. O que destacou Martim Francisco foi a sua resistência a procurar, no que chamava a "teoria dos empréstimos externos", a solução para os problemas que iam surgindo, na administração das finanças públicas. Para ele o empréstimo externo era "um abismo em que mais cedo, ou mais tarde, deviam ser precipitadas todas as nações". Uma vez que "os governos nunca os adotaram senão para oprimir mais facilmente os povos; que um empréstimo contraído por qualquer Estado é um sintoma de prodigalidade de seu Governo ou a morte deste espírito de ordem e de economia, primeira base de toda a boa administração financeira; que os empréstimos concorrem a excitar a sordida cobiça dos cidadãos e a amortecer em seus corações o sentimento desinteressado do amor da pátria; que as chamadas despesas extraordinárias são pérolas douradas, engolidas por povos boçais; porque de comum nenhuma há que não tenha sido prevista, com antecipação, pelos olhos perspicazes da política e que se não possa remediar com o cancro dos empréstimos; que, finalmente, os povos quando querem ser livres têm muitos recursos em si próprios".

Quando assim se manifestava, Martim Francisco já estava fora do Ministério da Fazenda e exilado na França, depois de expulso do Brasil com o golpe de estado que dissolveu a Assembléia Constituinte de 1823. Mas é provável que tenha chegado a essas conclusões ao considerar que não era fácil adquirir, no mercado brasileiro, as libras esterlinas com que deveria pagar os juros e a amortização das dívidas contraídas com o estrangeiro. E bastava isso para constituir um vínculo de dependência, que valeria pela restauração do regime colonial, não mais com Portugal, mas com uma nação muito mais poderosa, que era, já naquele tempo, a Grã-Bretanha, praticamente dominadora do mundo, com o poder de uma esquadra invencível. Para um espírito advertido e que tem brios suficientes para impedir que a sua pátria se coloque na situação de um devedor remisso ou insolvente, não havia necessidade de maiores argumentos para transformar os empréstimos externos num documento de traição nacional. Se não houvesse saldos no comércio internacional, onde conseguir comprar as libras necessárias, com um mil réis que só tinha sentido dentro das fronteiras nacionais? Mas, mesmo levando em conta que os credores cuidariam de que houvesse saldos na balança comercial, bastaria a presença do Brasil, para comprar libras por qualquer preço, para influir na taxa cambial, depreciando a moeda brasileira. No fundo, aquela situação que até parece conto de fabulista, se correr, o bicho pega; se não correr, o bicho come. Não será sempre essa a situação do devedor insolvente? Na essência, uma posição de dependência, lembrando uma colônia, em face de uma metrópole onipotente. Não só no itinerário do ouro, Londres substituiu Lisboa, sem que daí resultasse qualquer vantagem para a colônia. O que seria, depois do grito do Ipiranga, voltar atrás, mudando apenas o país fabricante dos grilhões, que poderiam ser até dourados, para o deslumbramento de uma mentalidade tupiniquim.

O Brasil recebeu, por conta desse empréstimo de 1824, 12.397 contos de réis. Em 1863 ainda devíamos dele 2 milhões 358 mil libras, o que quer dizer que, em quase 40 anos, só resgatamos uma terça parte do empréstimo de 1824. E, para riscá-lo definitivamente do endividamento nacional, não tivemos outro recurso do que inclui-lo noutro empréstimo, o de 1863, como nos diz Castro Carreira, na sua insuperável *História Financeira*, pág. 650. Era renovar a receita, tantas vezes observada, de tomar empréstimo para resgatar empréstimo já vencido. E quando pelos 12.397 contos de réis havíamos gasto, nesse longo período de quase 40 anos, 60.218 contos de réis, quase cinco vezes o que havíamos recebido. Um capítulo, entre tantos, da história da dívida externa do Brasil. Num regime de déficits permanentes, no quadro orçamentário, onde iríamos obter recursos para comprar as libras com que pagar juros e amortização da dívida externa contraída? O mais fácil, em lugar do imenso esforço para chegar ao equilíbrio orçamentário, era valer-se de novos empréstimos, enquanto o permitisse o crédito nacional. E, durante esse período de 40 anos, a moeda nacional ia descendo na escala cambial. Se a libra custava, em 1822, 4.90, 40 anos depois já estava em 8.80, para valer, no fim do século, 25.27, certamente em função de um fator permanente, que era a procura das libras com que pagar

empréstimos. E isso num tempo em que os juros ainda oscilavam entre 4 e 6 por cento. O que aconteceria mais tarde, já no domínio do dólar, com juros flutuantes que iam a 20 por cento? Quando, só de juros, tínhamos que exportar 12 bilhões de dólares, uma soma imensa que, se aplicada no desenvolvimento econômico do

Brasil, já nos teria assegurado a força, tantas vezes exaltada, dos famosos Tigres da Ásia. Sob o guante da dívida externa, o Brasil passa a figurar entre os países que se descapitalizam para fortalecer a receita dos países credores, como se não tivesse outra função do que a de cumprir as obrigações de um tributo colonial, que morre de rir quando ouve os acordes do hino do Ipiranga.

Façamos justiça a Martim Francisco. Seu ardente patriotismo o levou ao encontro dessa intuição e lhe assegura glória permanente entre os irmãos Andrada da fase da Independência. E, para que o Brasil não venha a enquadrar-se na pátria da alienação, é o caso de lembrar que Martim Francisco não estava sozinho, nessa condenação dos empréstimos externos. É o que nos lembra Castro Carreira quando escreve que "os empréstimos externos nos têm sido muito prejudiciais; já em 1825, quando se contraiu o primeiro, o Marquês de Baependi dizia que era um mal, pois queria obrigar o país a sacrifícios no exterior. Em 1835, Manuel do Nascimento Castro e Silva e, mais adiante, Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes, dizia que os empréstimos externos eram prejudiciais ao País, levando, muitas vezes, a onerosos sacrifícios, para satisfazer os seus compromissos no exterior. E a história desses empréstimos", conclui Castro Carreira, "demonstra a verdade desses pressentimentos; pois, mesmo assim, os empréstimos externos se têm repetido com frequência". E explicava: "A necessidade de cambiais, que obriga muitas vezes o Governo à concorrência na praça, ocasiona sempre a baixa do câmbio; é um freguês que muito prejudica os interesses do comércio." Que diria Castro Carreira de um dólar a quase 100 cruzeiros? De juros de mais de 20 por cento? E de uma dívida aproximada de 32% do Produto Interno Bruto? Como classificaria ele os Ministros que concorreram para essa situação de descrédito e de insolvabilidade? Criando uma dívida que o Brasil não tem como pagar?

Perguntas e perguntas que ficam sem resposta, sem qualquer culpa ou responsabilidade do povo brasileiro que, de certo, estaria muito mais com a opinião do Ministro da Fazenda da Independência, que, na defesa da riqueza do Brasil, nunca teve receio de morrer pobre.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa